

Fundação Oswaldo Cruz/ Casa de Oswaldo Cruz  
Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde  
Aluna: Janille Campos Maia  
Orientadora: Tamara Rangel

### **Saúde Pública como território: epidemia de varíola no Ceará (1877-1879)**

Em estudos do campo da História das doenças, a utilização de palavras como espaço, lugar e território vem cada vez mais sendo empregada para melhor compreensão da ação do poder público e das instituições médicas na tentativa de controle de patógenos. Torna-se fundamental, no entanto, entender a definição de tais conceitos emprestados da Geografia para perceber de que maneira os mesmos podem ser instrumentalizados na análise do desenvolvimento da epidemia de varíola em terras cearenses durante a seca de 1877.

Paulo César Gomes traz uma importante reflexão sobre os principais referenciais geográficos ao afirmar que existe um raciocínio específico da geografia, onde o pensamento é estruturado dentro de um quadro que considera princípios como localização e morfologia. Gomes elenca diversos autores e de que maneira os quadros geográficos vão sendo trabalhados em suas obras. Ao defender a Geografia como uma maneira de pensar, Gomes reitera que

construímos quadros para que eles nos deixem ver – não aquilo que já sabemos, mas aquilo justamente que nos é revelado pela análise das formas e das composições que se delineiam pelas infinitas escolhas que podemos proceder (...). Alguns desses quadros são tão fortes e expressivos que parecem não ser mais obras de escolha, mas sim se impor como evidentes e absolutos. (GOMES, 2017. p. 57).

Os quadros geográficos propostos por Gomes reforçam o jogo de posições entre os fenômenos, onde diversas variáveis são organizadas em um mesmo plano para que se possa pensá-las em um sistema de informações. Como o próprio autor ressalta, “a palavra quadro significa não apenas uma estrutura de quatro lados, mas também tudo que ali está contido. Assinala assim uma delimitação entre aquilo que é interno e é externo, ou seja, reúne o que está dentro e separa o que está fora” (GOMES, 2017. p. 93). Nesse sentido, o autor propõe que

tabelas e gráficos também são quadros geográficos e como tais, estão carregados de um sistema de informações que é próprio ao pensar geográfico.

Em sua obra “Princípios da Geografia Humana”, Vidal de La Blache já pontuava o significado e objeto da Geografia ao ressaltar a ideia de “um meio composto, dotado de uma potência tal que pode agrupar, e manter juntamente, seres heterogêneos em coabitação e correlação recíproca” (VIDAL LA BLACHE, 1926. p. 34). Para o autor, é imprescindível observar que o homem teve influência do meio vivo e que tal força moldadora é a mesma que compõe as associações vegetais e animais que coexistem em determinadas regiões. Assim, o homem aparece como uma figura ativa e passiva, pois ao mesmo tempo em que sofre interferência do meio, é capaz de produzir efeitos na natureza.

A distribuição do homem na Terra, assim como as formas em que se agrupam, revelam para La Blache como cada grupo desenvolveu uma maneira diferente de se relacionar com o meio, tendo em vista que foram diversos fatores históricos e sociais que possibilitaram a superação de obstáculos de cada associação humana. Assim, cada sociedade foi se adaptando e construindo suas técnicas e sua civilização.

Ao considerar as aptidões humanas e como a cultura pode interferir no processo de adaptação do homem a seu meio, Yi-Fu Tuan reforça a diferenciação entre lugar e espaço. A partir da perspectiva da experiência, o geógrafo chinês acredita que as pessoas moldam suas vidas através dos sentidos e das emoções. Assim, o espaço é organizado a partir das relações sociais e daquilo que é indispensável à sobrevivência biológica dos seres. Tuan retrata como espaço tem um significado mais abstrato do que lugar e, nesse sentido, representa a liberdade, ao contrário de lugar, que remete à segurança: “o que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor” (TUAN, 1983. p. 5).

Na análise de Milton Santos, o lugar é entendido como o “espaço do singular, espaço de convergência e divergências dos vetores da modernidade, espaço funcional do todo, mas também espaço de criação de novas formas de vida e de novas práticas socioespaciais.” (SANTOS, 1997. p. 42) . Segundo o autor:

(...) a palavra lugar é, como outras do vocabulário geográfico, prenhe de ambiguidades, já que a região é, também, um lugar e a própria expressão região serve para designar extensões diferentes. Sabemos a priori que a dimensão geográfica do tempo mais externo é o mundo, mas não sabemos qual a extensão do tempo mais interno. Ainda que um método laboriosamente estabelecido pudesse permitir, a posteriori, reconhecer esse tempo interno mais pequeno, tal constatação não seria absoluta. (SANTOS, 1997. p. 40).

É possível perceber que Santos entende o lugar como um espaço com influência de diversos tempos, onde esse tempo externo ajuda na configuração do tempo do lugar. Dessa maneira, o lugar se apresenta também como um espaço em movimento, e é através da dinâmica do lugar que é possível visualizar o constante movimento do mundo no qual estamos inseridos.

Entender essas premissas epistemológicas da Geografia pensadas por estes autores é também pensar de que maneira a disciplina surge como um meio de organização de territórios onde o Estado exerce seu poder. De acordo com Yves Lacoste, “o processo científico está ligado a uma história e deve ser encarado, de um lado, nas suas relações com as ideologias, de outro, como prática ou como poder.” (LACOSTE, 1988. p. 9). Nesse sentido, a análise espacial deve considerar não apenas o espaço terrestre fragmentado por regiões, mas entender as múltiplas interseções dos conjuntos espaciais. Esses conjuntos espaciais são representações abstratas, produzidos pelas disciplinas científicas e como tais, são resultados de escolhas.

Ao se diferenciar de La Blache no que concerne ao conceito de região<sup>1</sup>, Yves Lacoste ressalta que para uma melhor análise espacial seria necessário, portanto, entender as diferentes escalas na combinação de fatores geográficos: “cada um desses diferentes níveis de análise que se pode distinguir, desde a maior até a menor escala, não corresponde somente à consideração de conjuntos espaciais mais ou menos amplos, mas também à definição das características estruturais que permitem delimitar-se os contornos” (LACOSTE, 1988. p. 37). Dessa maneira, a filtragem e escolha de diferentes níveis de escala auxiliam na compreensão de como o Estado exerce o seu poder sobre o espaço.

---

<sup>1</sup> A crítica a Vidal de La Blache é devido ao fato do autor ter superado o determinismo e revelado como as paisagens de uma região são resultados da superposição ao longo da história, no entanto, ter esquecido de inserir um viés econômico e social. O homem vidaliano não está inserido nas relações de produção. Para Lacoste, é preciso questionar a existência dessas regiões inventadas por Vidal de La Blache e superar esse conceito obstáculo de região, que não considera as características dos fenômenos urbanos.

Perceber a ação do Estado sobre os diversos espaços nos ajuda também a questionar as diversas fronteiras imaginárias que são criadas para delimitar localidades. Segundo Raffestin, toda a construção de limites entre interno e externo é feita por um agente que utiliza o espaço como uma ferramenta de poder, territorializando-o. Para Raffestin, o espaço “é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar.” (RAFFESTIN, 1993. p. 144). Nesse sentido, o espaço se diferencia do território justamente por ser uma espécie de matéria prima para a apropriação feita por um indivíduo.

Robert Sack nos traz à luz relevante abordagem acerca do conceito de território. Ao ser marcado por um sistema físico e também da linguagem, o território se apresenta como uma área delimitada de ação de controle de determinados indivíduos sobre outros e sobre o espaço. Seria, portanto, um meio pelo qual agentes variados influenciam e controlam relações. Nesse sentido, apenas a demarcação de fronteiras não representaria a essência deste conceito, uma vez que é preciso que este espaço seja demarcado para moldar determinados comportamentos e dominar os meios de sobrevivência deste local. Segundo Sack,

Diferentemente de outros tipos ordinários de lugar, territórios exigem constante esforço para o seu estabelecimento e manutenção. (...) Pessoas não interagem e se movem no espaço como bolas de bilhar. A interação humana, o movimento e o contato são uma questão de transmissão de energia e informação com o objetivo de afetar, influenciar e controlar as ideias e ações de outros e o seu acesso a recursos. Relações humanas espaciais são resultado de influência e poder. A territorialidade é a forma espacial primária assumida pelo poder (SACK, 1986, p. 26).

Assim, o território não se apresenta em Robert Sack apenas como um local, antes é dotado de uma tentativa de controle do espaço para a manutenção do poder. A territorialidade é a forma pela qual as pessoas vão fazer uso dos recursos e do poder para organizar e dar sentido aquele local.

### **O caso cearense: o desenvolvimento da varíola na seca de 1877**

Para entender o desenvolvimento da epidemia de varíola durante a seca de 1877 torna-se necessário ter em conta a abrangência geográfica que estamos tratando. A formação desse território no século XIX em um país de fronteira agrícola aberta<sup>2</sup> teve intensos movimentos internos de população e um rápido processo de urbanização e industrialização, onde o olhar fixo das regiões acabava por se tornar um empecilho para uma compreensão regional mais ampla. Linhares e Silva ressaltam as dificuldades de se compreender essas regiões no século XIX: “cabia, então, ao pesquisador estabelecer, no interior de uma vasta freguesia, as áreas realmente organizadas pelas relações sociais dominantes” (LINHARES e SILVA, p. 21).

De acordo com Fania Fridman, no século XIX “os programas territoriais eram definidos a partir da política oficial de povoamento vinculada a interesses particulares e tiveram profundas repercussões no aspecto e nas condições de vida de algumas das mais importantes áreas do Brasil. A freguesia era um território submetido à jurisdição espiritual de um cura que também exercia a administração civil” (FRIDMAN, 2010. p. 3). Para a autora, toda a sociabilidade girava em torno das edificações religiosas e, conforme havia o crescimento da população, eram concedidas licenças para novas construções de igrejas e paróquias. Toda a base territorial rural era controlada pela igreja, que calculava nascimentos, óbitos e concentrava em si também a administração jurídica e econômica deste mercado local.

Nesse sentido, entende-se que o presente trabalho está imbuído de uma visão semelhante à elaborada por Linhares, Silva e Fridman, ao entender as dificuldades de desenhar as fronteiras físicas do Ceará no século XIX. Se considerarmos a região Norte, nota-se que o vínculo político, econômico e cultural do Ceará se manteve ligado às províncias da Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte e Pernambuco.

No entanto, para uma melhor compreensão do que era o Ceará no século XIX, opta-se por utilizar neste trabalho uma separação mais real para tentar compreender o território cearense naquele momento: tendo em vista que a administração pública no século XIX estava completamente atrelada à estrutura administrativa da Igreja, o que se tomará como espaço a ser analisado são toda a Província do Ceará e suas unidades básicas de administração pública, ou

---

<sup>2</sup> É necessário relativizar o uso do conceito de fronteira aberta e esse processo de expansão e ocupação de terras livre. Ver TURNER, 2004; VELHO, 1979.

seja, as comarcas que abarcavam as freguesias ou paróquias para controle de fins jurídicos. É interessante ressaltar que as comarcas tinham em sua jurisdição um conjunto de freguesias, logo, se tratava de um controle de toda a província por regiões. Nesse contexto, algumas freguesias tinham uma maior influência sobre a comarca, e conseqüentemente, acabavam determinando os conjuntos territoriais de toda província do Ceará.

Pensar essa configuração territorial é imprescindível para entender o funcionamento do serviço público de saúde durante a seca de 1877. Dentro da lógica das comarcas e freguesias, é possível perceber quais as áreas de risco epidêmico durante a seca de 1877 e de que maneira os condicionantes ambientais serviram de base para um projeto de controle daquele espaço. A vulnerabilidade frente à chegada de uma epidemia indica as fragilidades naturais e sociais de determinado local. É preciso salientar, portanto, o que se entende por vulnerabilidade neste trabalho. Segundo Henri Acselrad, há diversas vulnerabilidades, situações e condições que devem ser consideradas em diferentes momentos e localizações. Para o autor, a vulnerabilidade é uma noção relativa e é comumente atrelada à exposição de riscos e susceptibilidade das pessoas e/ou locais se tornarem menos vulneráveis. Acselrad destaca também que a condição de vulnerabilidade é socialmente construída, e necessariamente será definida de um ponto de vista, dependendo das expectativas de cada grupo social. O autor afirma que:

para se captar a dimensão societal da vulnerabilização, a pretensão de mensurar estoques de indivíduos considerados em situação de vulnerabilidade social deveria ser acompanhada de um esforço de contextualização e ser associada à caracterização dos processos de vulnerabilização relativa. (ACSELRAD, 2006. p. 5).

A investigação sobre as vulnerabilidades precisa considerar as relações entre sociedade e meio ambiente. A normalidade de um sistema socioambiental apenas pode ser alterada segundo três diferentes fatores: exposição ao risco, sensibilidade e capacidade adaptativa. De acordo com o Painel Intergovernamental:

Vulnerabilidade é o grau segundo o qual um sistema é susceptível ou incapaz de suportar efeitos adversos das mudanças climáticas, incluindo variabilidade climática e seus extremos. Vulnerabilidade é uma função da característica, magnitude e grau da variação climática ao qual um sistema é exposto, sua

sensibilidade e sua capacidade adaptativa. (INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE, 2001. p.388).

Ao pensar em uma contextualização mais específica para o presente trabalho, é possível perceber que, no caso da epidemia de varíola no Ceará oitocentista, as vulnerabilidades da região não decorrem apenas do fenômeno clima, mas são consequências de anos de descaso e desestruturação socioambiental da região. A seca, nesse sentido, não atuou apenas destruindo lavouras, matando rebanhos e propagando a epidemia, houve também um quadro de privações que este sertanejo muitas vezes se viu subjugado, como por exemplo, ao deixar sua terra em busca de refúgio.

As vulnerabilidades do território cearense na seca de 1877 revelam de que maneira o controle da água, o acesso à comida e serviços básicos de saúde eram oferecidos pelo Estado. No que diz respeito à saúde, foco deste trabalho, os dados epidemiológicos revelam que o Ceará foi tomado por febres desde o início da estiagem, tendo a varíola se manifestado em sua intensidade apenas no ano de 1878. Sobre as principais doenças recorrentes no primeiro ano de seca, o jornal *O cearense* revela:

É péssimo o estado sanitário desta capital. A febre amarella, camaras de sangue, varíola, coqueluche, typho e outras moléstias vão fazendo victimas diariamente. Hontem falleceram nesta capital 18 pessoas, sendo de febre amarella 4!  
Do dia 1 ao 11 do corrente tem se dado nesta capital 20 casos fataes de febre amarella, o que revella que o mal vae tomando assustadoras proporções.  
Convem estudar as causas que tem actuado para o apparecimento destas epidemias, afim de tomar-se algumas medidas que previnam o seu desenvolvimento.  
O calor intensissimo que tem reinado, a agglomeração do povo, e talvez a má qualidade da alimentação tem certamente concorrido para isso. (*O cearense*, 12 de setembro de 1877. p. 2).

As condições a que a população estava sujeita são ressaltadas como possíveis motivos para a manifestação de tantas doenças. A preocupação sanitária torna-se mais evidente à medida que o número de casos de doenças vai aumentando. A Inspetoria de Saúde chega a criar uma comissão para atender algumas localidades logo no início das febres:

Logo que chegou ao meu conhecimento o estado d'estas localidades, fiz expedir para todas, exceção do Aracaty e S. Bernardo, ambulâncias para o tratamento

dos doentes, de acordo com as providencias lembradas pelo digno inspector da saúde.

Attento ao desenvolvimento maior que as febres iam tomando e victimas que faziam, expedi médicos para algumas d'ellas, contractando para outras pessoas entendidas para a applicação dos medicamentos.

Na cidade do Aracaty foi encarregado o medico da câmara municipal - Dr. Domingos José Pereira Pacheco do tratamento dos desvalidos, sendo autorizada a comissão de socorros a contractar em qualquer pharmacia ali existente o fornecimento de medicamentos.

Na da Granja foi contractado o Dr. Francisco de Paula Cavalcanti d'Albuquerque.

Para a de Baturité fiz seguir o Dr. Manoel de Sá Barreto Sampaio, e na serra do mesmo nome foi contractado o Dr. João Coriolano Annibal Ladislan, e para a Villa de Pacatuba, onde essas febres atacaram os indigentes, em número superior a 200, encarreguei o médico do corpo de saúde – Dr. Francisco Jacintho Pereira da Motta, de ali estacionar para tratá-los.

Em Maranguape foi imbuído o cidadão José Teixeira Pinto.

No Arraial o cirurgião mor da guarda nacional – Francisco Xavier de Menezes e para S. Francisco o curandeiro José Joaquim Alves Coelho.

No Ararape e Cascavel o pharmaceutico Carlos Luiz de Magalhães, e em S. Bernardo das Russas os medicamentos são fornecidos pelo pharmaceutico Francisco das Chagas de Araujo Filho.

Essas febres não conservam em typo certo em toda parte; umas são de caracter palustres e biliosas; outras intermitentes, tomando algumas a forma typhica, e diversas revelando todos os symptomas da febre amarella. (PESSOA, 1877. p. 23).

É possível notar que dentro das localidades atendidas, algumas eram próximas e outras mais afastadas da capital. Se considerarmos o fluxo migratório interno na seca de 1877 (MAIA, 2015), é visível que dentro das áreas com maior número de famílias migrantes, esse atendimento se deu apenas na região próxima a São Francisco e Curu (representado pela comissão de Maranguape), ficando boa parte das regiões mais afetadas pelo deslocamento sem prioridade neste primeiro momento de atendimento da Inspeção de Saúde Pública.

Toda ação do Estado no que diz respeito à escolha das localidades, a qualidade da vacina aplicada e de que maneira os socorros eram distribuídos é questionada pela oposição. Esse discurso se mantém presente nas páginas do Jornal *O cearense* durante todo o ano de 1877 e em junho é ressaltado o perigo da varíola:

Em Pacatuba, Maranguape, Mecejana, Arronches, etc. há grande accumulação de emigrantes, lembramos a presidência a conveniência de mandar vaccinar este



## ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

povo. Esses pontos acham-se em comunicação immediata com a capital, onde está assolando a varíola. É portanto muito conveniente tomar esta precaução afim de prevenir ahi o desenvolvimento do mal. (*O cearense*, 8 de julho de 1877. p. 2).

A varíola era facilmente reconhecida pelo seu caráter contagioso. Segundo Chernoviz, entendia-se por contágio a propriedade que tinham certas moléstias de se comunicarem de um a outro indivíduo pelo contato ou por intermédio do ar (CHERNOVIZ, 1890). Em sua conceituação sobre as bexigas, o médico ressalta que as suas causas “não são conhecidas; só se sabe que esta moléstia se comunica não só pelo contacto, pela simples aproximação, mas até pela habitação nos mesmos logares” (CHERNOVIZ, 1890. p. 89). A preocupação com o contágio é evidenciada nas páginas de *O cearense*, que ressalta a existência de alguns casos da doença ainda em 1877:

Tinhamos a secca e a fome, faltava-nos a peste para completar a tríade maldita. Eil-a que se manifesta!  
A varíola desenvolve-se nesta capital, já se deram 3 casos, tendo sido hontem os variolosos recolhidos ao lazareto de Lagoa Funda.  
Que novo infortúnio estará reservado a esta pobre e infeliz província!  
Em 1825 a varíola fez mais victimas do que mesmo a fome, portanto convem recorrer-se ao efficacissimo preservativo da cruel epidemia, a vaccina.  
O Sr. Comissário vaccinador, Dr. João Moreira, vaccina todas as quartas feiras, no paço da camara municipal. (*O cearense*, 17 de junho de 1877. p.3).

Por vezes a vacina é ressaltada como eficaz meio de combate à doença. A partir da constatação da existência da varíola na capital, outras medidas são indicadas para tentar conter o avanço do mal. O inspetor de saúde pública, Dr. João Moreira, chega a recomendar medidas higiênicas a serem tomadas:

Agora que estamos com a varíola entre nós e que a accumulção do povo do centro pode desenvolver outras epidemias, convem que se tome todas as precauções e medidas aconselhadas pela boa hygiene a fim de impedir os progressos do mal.  
O Sr. Dr. Inspetor de Saúde Pública lembrou a presidência a conveniência de aterrar-se o pântano conhecido por Maceió, e formado pela águas do córrego Pajehú, nas proximidades da fortaleza de Nossa Senhora de Assumpção. Aplaudimos o alvitre.  
Mas não é só isso. Há muita cousa a fazer ainda, como bem a limpeza e o asseio da cidade, cujas ruas, praças e travessas estão amontoadas de lixo, a rua de S.

## ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

Bernardo, por exemplo, é um grande deposito de esterquilinos d'onde exhalam-se emanações mephticas.

Em quase todos os quintaes há grandes monturos, verdadeiros focos de miasmas, convinha muito que se mandasse removel-os.

Uma correção nas tabernas seria muito acertado. Existe ahi quantidade de generos deteriorados aos quaes o povo faminto atira-se, comprando-os, seduzidos pela barateza. (*O cearense*, 24 de junho de 1877. p.3).

A medida tomada pelo então inspetor de saúde, Dr. João da Rocha Moreira, era o total isolamento desses doentes nos lazaretos na grande Fortaleza. Como a epidemia se espalhava pelas províncias vizinhas, o presidente da província solicitou “tubos e lâminas de lympha vaccínica” (D’AGUIAR, 1878. p. 13) ao governo, à Europa e aos Estados Unidos, que foram enviados aos médicos comissionados para o tratamento dos migrantes. No dia 1º de fevereiro de 1879 é aprovada em Fortaleza a resolução nº1818, onde na primeira seção do capítulo 2 é tratado sobre o tema da vacina:

Art. 41º - Todas as pessoas, pais, tutores, curadores, amos e senhores são obrigados a levar à câmara municipal, para ahi serem vaccinadas as creanças até 3 mezes de nascidas, e os adultos logo que os tenham em seu puder, salvo para uns e outros o caso de moléstia que a isso se opponha: o contraventor pagará a multa de 10.000 réis.

Art. 42º - A pessoa a quem pertencer o vaccinado, e que o não apresentar a câmara municipal no 8º dia a contar do em que foi vaccinado, pagará a multa de 6.000 réis.

Só poderá ser relevada d'esta multa, apresentando a camara attestado de ter morrido a pessoa vaccinada, ou achar-se com moléstias que a prive de comparecer.

Art. 43º - Toda a pessôa que tiver crianças ou adultos para se vaccinar, se premunirá de uma guia do inspetor de seu quarteirão, na qual declare que F... morador na rua tal, nº tal, leva para ser vaccinado F... e F... livre ou escravo, de idade...(Biblioteca Pública Menezes Pimentel, 1879).

Este código de postura criado em meio à seca revela a preocupação em limpar o espaço e tentar conter a varíola através da aplicação da vacina, sendo multado quem não cumprisse o código. Ao encontrar resistência da população à vacinação, o governo recomendou às câmaras municipais da província que:

obrigassem a vacinação até sob pena de suspensão de rações, e que no caso de manifestar-se a varíola, isolassem completamente as pessoas atacadas, estabelecendo cordões sanitários e construíssem a sotavento das cidades, villas e

povoações, em lugares arejados e a conveniente distância, espaçosos lazaretos, onde deveriam ser recolhidas as pessoas afecctadas.(BARROS, 1879. p.16).

O que se percebe é que os cuidados baseados nas teorias médicas não foram suficientes para barrar a epidemia de varíola que atingia as províncias vizinhas, e com tantas fronteiras, era difícil impedir a entrada da doença no Ceará. Interessante observar que no ano que precede à seca, o número de mortes registradas na capital cearense girava em torno dos 60-70. Este quadro começa a ser alterado a partir de 1877 com a chegada da estiagem e já em 1878 encontra-se um número de 57.760 mortes registradas, sendo 14.386 no Lazareto de Lagoa Funda apenas no mês de dezembro (*O cearense*, 3 de janeiro de 1879).

Ao ver o número de mortes tão elevado, Rodolpho Teophilo (farmacêutico local) ressalta que “nunca em parte alguma do mundo um morbus encontrou terreno mais apto para sua germinação e desenvolvimento” (TEOPHILO, 1997. p. 6). O farmacêutico destaca que os preceitos de higiene não eram seguidos da forma devida e que do grande número de retirantes chegados em Fortaleza na seca de 1877, cerca de 95% não haviam tomado dose da vacina antivariólica. O autor considera que não era dada a devida importância à doença e o foco das ações do Estado se voltava para salvar o povo da fome.

Rodolpho Teophilo questiona a qualidade da vacina aplicada na população cearense. Para o farmacêutico, não havia segurança e o material utilizado era duvidoso:

O governo da província havia pedido para o Rio vaccina e chegada esta a vacinação foi iniciada nos abarracamentos.

Essa medida teria dado bons resultados, teria poupado milhares de vidas, se houvera a vaccina enviada, produzido os desejados effeitos. A lymphá por antiga ou má, raramente dava resultado.

Os médicos encarregados do serviço de vaccinação, em breve se desenganaram de premunir a população com semelhante lymphá.

Em muitos dos vacinados em vez de pústulas vaccinicas sahiram ulceras de character syphilitico ou escrofuloso.

Vi grande número de pessoas assim infeccionadas e me recordo de um cavalheiro de minha particular estima que revaccinado eve, no logar da inoculação do vírus, ulceras, que supuraram durante seis mezes e só cicatrisaram depois de medicação mercurial. (TEOPHILO, 1997. p. 10).

De acordo com Teophilo, o serviço de assistência pública era mal realizado e as consequências disso foram uma capital com aspecto desolador. Além de Fortaleza, a varíola havia se propagado por praticamente todo o interior da Província, nas palavras de Teophilo “de todas as povoações sertanejas pediam socorro; reclamavam medico, dieta e remédios” (TEOPHILO, 1997. p. 25). O ambiente putrefato e a atmosfera de podridão são constantemente reforçadas pelo autor que exigia medidas profiláticas. A situação era alarmante e chamou a atenção de diversas figuras ilustres do Ceará. O barão de Studart refletia em 1909 sobre as condições de higiene na capital cearense durante a seca de 1877:

Poder-se-ia julgar ao certo o que era o Ceará de 1878 sob o ponto de vista da hygiene, das moléstias e da mortalidade? Impossível. Onde a hygiene com a pavorosa aglomeração dos que a desgraça feria? Onde a hygiene, si 300.000 emigrados se agrupavam nas cidades e villas do littoral, apinhados sob as arvores, em choças misérrimas ou em immundos abarracamentos? Que resistência poderiam offerecer as enfermidades, organismos extenuados pela fome e sede, e por todas as dores moraes? Febre de differentes typos, o beriberi, a anarzaca ceifavam os pobres retirantes; os abarracamentos se convertiam aos poucos em hospitaes; Fortaleza, o derradeiro marco na via dolorosa, era como uma necrópole, e sobre ella, e sobre todos, miseráveis e mal remediados, porquanto já não havia ricos e sim irmãos e sócios de infortúnio, vinha afinal extender seu manto de horror a varíola, a inesquecível epidemia de varíola.(STUDART, 1909. p. 41).

O que se percebe é que os esforços do Governo e as práticas médicas não foram suficientes para acabar com a proliferação da varíola. Além das limitações da vacina no de 1877, ainda havia a resistência popular, que não aceitava a ideia de injetar a doença dentro do próprio corpo. Segundo Rodolpho Teophilo, a doença segue até atingir todos os que não haviam se imunizado. O relatório de 1880 já mostra uma alteração no quadro: o estado sanitário da província começa a melhorar e os números alarmantes de mortes começam a diminuir. Somente com o retorno das chuvas a situação começa a ser controlada.

### **Considerações finais**

## **ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019**

O presente trabalho pretendeu dar um panorama de como se deu o serviço básico de saúde durante uma das maiores secas da história cearense. O infortúnio no qual se viu o Ceará nos anos de 1877-79 revela situações de fragilidade de uma sociedade que não conseguiu controlar a propagação de uma doença que exterminou boa parte de sua população. De acordo com Silveira e Nascimento, os estudos sobre epidemias revelam uma ruptura com a estrutura dita normal e estabelecem, segundo as autoras, a necessidade de visibilidade e resposta rápida ao problema. O contexto social antes e depois da epidemia podem ser reveladores: um fenômeno biológico e sua construção são resultados de fatores ambientais, socioeconômicos, políticos e culturais. O significado que determinada sociedade dá a epidemia pode evidenciar questões importantes, tais como “a natureza da moléstia, sua violência, sua incidência geográfica e social e o quadro epidemiológico no qual ela se inscreve” (SILVEIRA e NASCIMENTO, 2002. p. 27).

Ao pensar especificamente no Ceará, nota-se que o fenômeno patológico foi interpretado por aquela sociedade de maneira contraditória. Ao mesmo tempo em que o Estado pretendia excluir os doentes ao propor o isolamento nos lazaretos, os serviços básicos reclamados para a manutenção da higiene pública não obtiveram os resultados esperados. A própria vacinação questionada pelo Rodolpho Teophilo coloca em cheque a eficácia do material utilizado pelo governo, uma vez que o farmacêutico afirma que há indícios de que parte da população teve reações à aplicação da vacina.

O que se pode perceber é que a abrangência dos socorros assim como todo o acesso a recursos naturais representam uma maneira pela qual o Estado construiu seus territórios. Toda organização no atendimento, o aproveitamento de saberes e práticas não formais de saúde, escolha dos locais onde as comissões com médicos, farmacêuticos, curandeiros e cidadãos com algum tipo de conhecimento prático no campo da saúde deveriam ser enviados configurou uma nova relação simbólica dos lugares, onde novas interdependências, atores e fluxos foram conectados. A partir do momento que os socorros (comida e vacina) foram distribuídos em determinadas localidades, cria-se uma nova configuração espacial, onde indivíduos passam a reproduzir seus valores em uma nova condição de existência determinada pelo Estado – em geral próximos à capital, nos barracamentos.

**Referências Bibliográficas:**

ACSELRAD, Henri. **Vulnerabilidade ambiental, processos e relações**. II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais, FIBGE, Rio de Janeiro, 2006.

BARROS, José Julio de Albuquerque. **Falla com que o exmo sr. dr. José Júlio de Albuquerque Barros, presidente da província do Ceara abriu a 1ª sessão da 24ª legislatura da Assembléia Provincial no dia 1º de novembro de 1878**. Fortaleza: Typographia Brasileira, 1879. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial>. Acesso em 05 de janeiro de 2019.

Biblioteca Pública Menezes Pimentel (BPMP) - Código de Posturas Municipal – 1º de fevereiro de 1879.

CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. **Dicionário de medicina popular e das sciencias accessórias para uso das famílias**. Paris: A. Roger & F.Chernoviz, 1890.

D'AGUIAR, João José Ferreira. **Relatório com que o exmo. sr. conselheiro João José Ferreira Aguiar passou a administração da província do Ceará ao exmo. sr. dr. Paulino Nogueira Borges da Fonseca, 3º vice-presidente da mesma província em o dia 22 de fevereiro de 1878**. Fortaleza: Typographia Brasileira, 1879. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial>. Acesso em 05 de janeiro de 2019.

FRIDMAN, Fania. **Cartografia fluminense no Brasil Imperial. I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica**. Passado Presente nos Velhos Mapas: Conhecimento e poder. Paraty, RJ, 2010.

GOMES, Paulo Cesar C. **Quadros Geográficos: uma Forma de Ver, uma Forma de Pensar**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.

LACOSTE, Yves. **A Geografia – Isso Serve em Primeiro Lugar para Fazer a Guerra**, 14ª ed. Trad. M.C. França. Campinas: Papirus, 1988.

**ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019**

MAIA, Janille Campos. **Exilados da fome: seca e migração no Ceará oitocentista**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Seropédica: CPDA/UFRRJ, 2015.

PESSOA, Caetano Estellita Cavalcanti. **Relatório com que o Exc. Sr. Desembargador Caetano Estellita Cavalcanti Pessoa passou a administração da província do Ceará ao Exc. Sr. Conselheiro João José Ferreira D’Aguiar**. Fortaleza: Typographia do Pedro II, 1877. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial>. Acesso em 05 de janeiro de 2019.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SACK, R. D. **Human territoriality: its theory and history**. London: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SILVEIRA, Anny Jackeline T. e NASCIMENTO, Dilene R. do. **A doença revelando a história. Uma historiografia das doenças**, in NASCIMENTO, Dilene R. do e MAUL, Diana (orgs.), Uma história brasileira das doenças. Brasília, Paralelo 15, 2002.

STUDART, Guilherme. **Climatologia, epidemias e endemias no Ceará**. Revista da Academia Cearense, 1909, p. 41.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: a Perspectiva da Experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

VIDAL DE LA BLACHE, P. **Principles of Human Geography**. Trans. M.T Bingham. London: Constable Publ., 1926.